

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PEDAGOGIA

CURSO DE PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

*MARISETE SILVEIRA DOS SANTOS*

***A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NO CURRÍCULO ESCOLAR***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Carmem Zeli de Vargas Gil.

Tutora: Alda Graciela Pereira

Três Cachoeiras - 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**Reitor:** Prof. Carlos Alexandre Netto

**Vice-reitor:** Prof. Rui Vicente Oppermann

**Pró-reitora de Graduação:** Prof<sup>a</sup>. Valquiria Link Bassani

**Diretor da Faculdade de Educação:** Prof. Johannes Doll

**Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia**

**– Licenciatura na modalidade à distância/PEAD:**

Prof<sup>a</sup>. Rosane Aragón de Nevado e Prof<sup>a</sup>. Marie Jane Soares Carvalho

## DEDICATÓRIA

A todos os **professores e tutores** do curso de Pedagogia à Distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas críticas, correções e sugestões, às colegas **Loiva** pela ajuda incansável dos primeiros semestres, **Maria Cristina e Nina** pela dedicação que têm tido, pelo apoio que têm me dado, **aos filhos e esposo** pela paciência que tiveram durante todos estes anos de muito estudo e trabalho e, principalmente, ao meu **pai** pelo esforço em me tornar professora.

## RESUMO

As inovações no ensino estão conduzindo os educadores à análise dos currículos escolares, onde estabelecem conteúdos a serem problematizados e trabalhados de forma a valorizar a bagagem cultural do aluno. Somos frutos dos encontros e confrontos entre diferentes grupos étnicos como indígenas, europeus, africanos e outros. O presente trabalho tem como objetivo central tecer algumas reflexões sobre a cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar das séries iniciais do Ensino Fundamental. Investiga a forma como são abordadas estas temáticas em livros didáticos e nas escolas pelos professores; buscando informações sobre como é trabalhada a História da cultura africana e indígena nos livros didáticos sob a ótica da Lei 10.639/03, a partir de 2003. Para elucidar essas questões, buscou-se, dentre outros, o referencial teórico de Circe Bittencourt, Kátia Abud, e Maria de Lourdes Janott. Para Circe Bittencourt as propostas curriculares caracterizam-se como um conjunto bastante heterogêneo de textos, com acentuada diversidade no elenco dos conteúdos selecionados e nos métodos de ensino sugeridos. Porém nota que a cidadania social, que abarca conceitos de igualdades, de justiça, de diferenças, de lutas e conquistas, de compromissos e de rupturas tem sido pouco explorada e explicitada pela maioria das propostas analisadas. Kátia Abud diz que os currículos e programas compõem o instrumento mais poderoso de intervenção do Estado no ensino. Ela afirma que as novas propostas de reformas curriculares, centradas nas instituições federais (MEC), representadas por documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais são exemplos de alijamento dos debates sobre a educação. Segundo Maria de Lourdes Janott, temas recentes da História Imediata, na sua interpretação, são mais privilegiados e acatados do que o estudo dos acontecimentos passados. Infelizmente a memória vem se construindo na própria História e o passado público tornou-se objeto de trabalhos “fora de moda”. Durante meu estágio com uma turma de quarta-série, trabalhei muito a questão indígena na história do Rio Grande do sul, onde abordamos também nossa formação, o que causou certa surpresa aos alunos ao descobrirem suas descendências. Os questionamentos dos alunos me fizeram refletir sobre o papel do professor na sala

de aula, o que me levou então, fazer o TCC em torno das "questões étnico-raciais. Esse estudo é uma pesquisa qualitativa que se caracteriza pela análise de livros didáticos, entrevistas com professores e depoimento dos alunos. A pesquisa empírica apoiou-se, inicialmente em entrevistas com professores de algumas escolas municipais e estaduais, com um questionário dirigido a professores de História e também de séries iniciais e na análise dos livros didáticos sugeridos pelos professores entrevistados. A partir dos dados coletados observou-se primeiramente a necessidade de "aceitação" por parte de professores e alunos de que a diversidade faz parte do dia-a-dia, que não existe uma receita pronta de como ensinar história e que o ensino de história deve ser desenvolvido com o compromisso de que o pensar historicamente pode ajudar na vivência cidadã.

**Palavras chave:** 1 - Diversidade, 2 - Etnia, 3 - Preconceito, 4 - Ensino de História.

## ABSTRACT

Innovations in education are leading educators to review school curricula, which provide content to be problematized and worked in order to enhance the cultural background of the student. We are fruit of encounters and clashes between different ethnic groups like Indians, Europeans, Africans and others. This work is mainly aimed to make some reflections on the culture african-Brazilian and indigenous people in the school curriculum of early grades of elementary school. Investigates how these issues are addressed in textbooks and by teachers in schools, seeking information on how you worked out the History of African and indigenous culture in textbooks from the perspective of Law 10.639/03, from 2003. To elucidate these questions, we sought, among others, the theoretical framework of Circe Bittencourt, Katia Abboud, and Maria de Lourdes Janott. To Circe Bittencourt curriculum proposals characterized as a heterogeneous set of texts, with significant diversity in the list of selected content and teaching methods suggested. But note that social citizenship, which embraces concepts of equality, justice, differences, struggles and achievements, commitments and disruption has been little explored and explained by

most of the proposals considered. Katia Abboud says the curricula and programs constitute the most powerful instrument of state intervention in education. She says the new proposals for curriculum reform, focusing on federal institutions (MEC), represented by documents such as the National Curriculum are examples for lightening discussions on education. According to Maria de Lourdes Janott, recent issues of immediate history, as construed, are the most privileged and respected than the study of past events. Unfortunately the memory is being constructed in the very public history and the past became the object of work "in fashion". During my internship with a group of fourth grade, I worked very indigenous issues in the history of Rio Grande do Sul, where also our training approach, which caused some surprise to the students to discover their offspring. The students' questions made me reflect on the role of the teacher in the classroom, which led me then get around the CBD "ethno-racial. This is a qualitative research study which involves the analysis of textbooks, interviews with teachers and students' testimony. Empirical research was supported initially on interviews with professors from some municipal and state schools, with a questionnaire addressed to teachers of history and also lower grades and in the analysis of the textbooks suggested by the teachers . From the data collected there was first the need for "acceptance" by teachers and students that diversity is part of day to day, there is no ready recipe for teaching history and teaching history must be developed with the commitment that may help to think historically in the experience of citizenship.

Keywords: 1 - Diversity, 2 - Ethnicity, 3 - Prejudice, 4 - Teaching History.

## SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>8</u>
<u>1 A HISTÓRIA ENSINADA NAS SÉRIES INICIAIS .....</u>	<u>11</u>
<u>1.1 Questões étnicas raciais no currículo.....</u>	<u>15</u>
<u>1.2 O que prevê a Lei 10639/03.....</u>	<u>18</u>
<u>1.3 Livro Didático e Questões étnico-raciais.....</u>	<u>21</u>
<u>2 A HISTÓRIA NA SALA DE AULA .....</u>	<u>23</u>
<u>2.1 O que dizem os professores.....</u>	<u>24</u>
<u>2.2 O que encontrei nos livros .....</u>	<u>31</u>
<u>2.3 O que pensam os alunos.....</u>	<u>34</u>
<u>CONCLUSÕES.....</u>	<u>37</u>
<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>40</u>
<u>APÊNDICE .....</u>	<u>42</u>

## INTRODUÇÃO

As crianças chegam à escola com muitas informações, que recebem desde pequenas sobre o mundo. Cabe à escola ampliar os saberes dos alunos instigando a observação, mais atenta do seu entorno, a busca de informações e reflexão sobre as coisas. Desta forma, o professor valoriza também o conhecimento trazido pelo aluno, com um trabalho que inicia com observação do entorno do mesmo, até chegar a um trabalho mais específico com leitura de obras com conteúdos históricos, com reportagem de jornais, mitos e lendas, textos de livros didáticos, documentários em vídeo, telejornais. Introduzindo-o na leitura das diversas fontes de informação ele, certamente, adquirirá, pouco a pouco, autonomia intelectual.

O ensino de história deve proporcionar, então, que os alunos identifiquem e relacionem os diferentes grupos sociais, suas culturas, etnias. Cabe ao professor fazer com os alunos um levantamento de diferenças e semelhanças entre grupos étnicos e sociais, que lutam e lutaram no passado por causas políticas, sociais, culturais, étnicas ou econômicas. Os PCN anunciam que:

Neste sentido, propõe-se, para o ensino de história, conteúdos e situações de aprendizagem que possibilitem aos alunos refletir criticamente sobre as convivências e as obras humanas, ultrapassando explicações organizadas a partir unicamente de informações obtidas no presente e a partir unicamente de dados parciais. Propõe-se, assim, que os alunos conheçam e debatam as contradições, os conflitos, as mudanças, as permanências, as diferenças e as semelhanças existentes no interior das coletividades e entre elas, considerando que estão organizadas a partir de uma multiplicidade de sujeitos, grupos e classes (com alguns interesses comuns e outros diferentes), de uma multiplicidade de acontecimentos (econômicos, sociais, políticos, culturais, científicos, filosóficos) e de uma multiplicidade de legados históricos (contínuos e descontínuos no tempo) (PCN, 1997, p. 76).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de história e geografia:

o ensino e a aprendizagem estão voltados, inicialmente, para atividades em que os alunos possam compreender as semelhanças e as diferenças, as permanências e as transformações no modo de vida social, cultural e econômico de sua localidade, no presente e no passado, mediante a leitura de diferentes obras humanas. (1997, p. 49)

A relação, mencionada anteriormente, favorece ao aluno dimensionar a sua realidade historicamente, onde são instigados pelo professor a estabelecer relações



entre o presente e o passado, o individual e o coletivo, os interesses específicos e as particularidades de cada grupo. Esta relação pode partir de questionamentos da realidade, desdobrando-se em conteúdos históricos, que envolvam explicitações e interpretações das ações de diferentes sujeitos em tempos diferentes. Como é sugerido ainda nos PCNs:

É fundamental para o estudante que está começando a ler o mundo humano conhecer a diversidade de ambientes, habitações, modos de vida, estilos de arte ou formas de organização de trabalho, para compreender de modo mais crítico a sua própria época e o espaço em seu entorno. É por meio da leitura das materialidades e dos discursos, do seu tempo e de outros tempos, que o aluno aprende a ampliar sua visão de mundo, tomando consciência de que se insere em uma época específica que não é a única possível. Em um estudo do meio, o ensino de História alcança a vida, e o aluno transporta o conhecimento adquirido para fora da situação escolar, construindo propostas e soluções para problemas de diferentes naturezas com os quais defronta na realidade. (1997, p. 91)

Durante meu Estágio com uma turma de quarta-série, trabalhei muito a questão indígena na história do Rio Grande do Sul, onde abordamos também nossas origens, o que causou certa surpresa aos alunos ao descobrirem suas descendências. Alguns chegaram até demonstrar certo desapontamento, acredito que pelo fato de não conhecerem sua verdadeira história e por já formularem certa discriminação em relação ao índio e o negro. Percebi aí a necessidade de aprofundar mais sobre o assunto na sala de aula.

Os questionamentos dos alunos me fizeram refletir sobre o papel do professor na sala de aula; como são abordadas estas questões nos livros? Como o professor age diante destas questões? Procura tornar as aulas mais interessantes, investigativas ou apenas transfere o que os livros nos trazem? A maneira como os livros abordam é convidativa ou "pejorativa"? Decidi, então, fazer meu TCC em torno das "questões étnico-raciais, investigando como são abordadas nos livros didáticos" a partir da análise de livros didáticos, da opinião dos educadores, diante do que prevê a lei e do depoimento de alunos.

Esse estudo é uma pesquisa qualitativa que se caracteriza pela análise de livros didáticos e entrevistas com professores. O aporte teórico vem dos seguintes autores: Circe Maria Bittencourt, Kátia Abud, Maria de Lourdes Janott, Santomé e Ana Maria Monteiro, além das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Este trabalho está organizado em dois capítulos: "A história Ensinada nas Séries Iniciais", que aborda a posição dos autores acima citados, em relação ao

ensino de História na sala de aula, bem como o que prevê a lei e “A História na Sala de Aula”, com depoimentos de professores, de alunos, minhas experiências em relação ao ensino de História e análise dos livros didáticos mais utilizados pelos professores entrevistados.

## **1 A HISTÓRIA ENSINADA NAS SÉRIES INICIAIS**

A professora Circe Bittencourt (1998), apresenta análises e propostas de autores conceituados que pretendem contribuir para a necessária reflexão dos professores e pesquisadores sobre reformulação das políticas públicas de educação e da disciplina de História que envolvem a redefinição dos conteúdos e dos métodos de ensino, apontando para possibilidades de modificação do fazer histórico na sala de aula na educação básica brasileira.

A autora discute em seus estudos a permanência da disciplina no currículo e sobre sua importância na formação política e cultural das novas gerações, às necessidades e dificuldades na utilização de diferentes recursos no ensino, considerando-se linguagens escritas e imagens dos livros didáticos, da literatura, dos objetos, do cinema, da televisão.

Segundo Bittencourt (1998), os anos 1970 e 1980 no Brasil apresentaram uma revisão nas práticas, métodos e conteúdos da história ensinada. Neste período percebemos uma maior abertura para questões ligadas à educação no país, especialmente após o fim da ditadura militar instaurada desde 1964. Se percorrermos as estantes e prateleiras de livrarias e bibliotecas, poderemos nos deparar com uma expressiva produção de livros e artigos em revistas especializadas sobre o assunto. Essa abertura ao diálogo se faz necessária, pois os professores precisam se apropriar de informações que ajudaram a “renovar” o “fazer docente”. Porém, para que as mudanças ocorram mais rapidamente, estes livros, artigos, não podem ficar somente nas prateleiras. Devem estar dentro das salas aula, em constante discussão.

Freire (2001, p.110) é outro autor importante nessa discussão quando diz que: “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”. A mudança é sempre muito difícil, mas não podemos simplesmente agir como se estivéssemos vivendo no século passado. Os tempos são outros, a história continua, não podemos parar no tempo, esperar que alguém venha nos dizer o que fazer.

Circe Bittencourt (1998, p.15), analisa algumas mudanças, articulando com as transformações políticas, sociais e culturais vividas pela sociedade brasileira neste momento. Para essa autora as propostas curriculares:

(...) caracterizam-se como um conjunto bastante heterogêneo de textos, com acentuadas diversidades na forma como as propostas foram elaboradas e apresentadas aos leitores, no elenco dos conteúdos selecionados e nos métodos de ensino sugeridos (1988, p.15).

Na diversidade das propostas analisadas, dois aspectos se destacaram ao olhar da autora: os objetivos são semelhantes e, igualmente, possuem críticas comuns quanto ao que denominam de ensino tradicional de História, notadamente quanto às noções de tempo histórico baseados em referenciais considerados oriundos do positivismo. No que diz respeito aos objetivos do ensino de história nas propostas curriculares, Bittencourt percebe, uma mudança nos paradigmas que pensam a ideia de identidade nacional e cidadania no Brasil. Aliás, conceitos como identidade e diferença parecem ocupar maior destaque aqui.

Embora abra espaço para a defesa da cidadania como meta dos objetivos da disciplina, Bittencourt (1998, p.21) nota que “a explicitação do conceito de cidadão que aparece nos conteúdos é limitada à cidadania política, à formação do eleitor dentro das concepções democráticas do modelo liberal”. A cidadania social, que abarca conceitos de igualdades, de justiça, de diferenças, de lutas e conquistas, de compromissos e de rupturas tem sido pouco explorada e explicitada pela maioria das propostas analisadas. Neste sentido a autora sugere que se enfatize e amplie o conceito de cidadania no interior das propostas curriculares de História.

Ao apresentar o tempo como referencial para o estudo da História, Bittencourt alerta para a necessidade de articulação problematizadora entre o tempo vivido por alunos e professores e tempo histórico. Ao considerar como pressuposto a afirmação de que toda história é história contemporânea,

a cultura capitalista vivenciada por alunos e professores torna-se necessariamente o referencial constante para se estabelecer a relação presente-passado-presente. Ora, esta relação só se estabelece por intermédio da compreensão do conceito de duração em variados ritmos (1998, p.26).

Aqui, entendo que o passado deve estar em diálogo com o presente, pois é no passado que a nossa história se inicia e damos continuidade à ela no presente.

As mudanças ocorrem e devemos estar atentos à elas. A história de nossos descendentes não terminou no passado, ao contrário, ela iniciou e nós demos continuidade. Portanto, não podemos admitir que sejam lembrados uma vez no ano, em alguma data qualquer e como algo do passado.

Kátia Abud (1998) elabora uma história da disciplina no Brasil desde os primórdios do Império, passando pelos vários momentos do regime republicano, até as recentes discussões sobre as reformas curriculares realizadas a partir de 1980. Neste passeio pela história da História ensinada no país, a referida autora traz-nos observações sobre debates e polêmicas abordando a construção dos currículos dessa disciplina envolvendo intelectuais, políticos, autoridades governamentais e entidades representativas. Para Abud (1998, p. 28), os currículos e programas compõem “o instrumento mais poderoso de intervenção do Estado no ensino, o que significa sua interferência, em última instância, na formação da clientela escolar para o exercício da cidadania, no sentido que interessa aos grupos dominantes.”

Ainda, segundo a autora:

(...) o currículo é responsável, em grande parte, pela formação e pelo conceito de história de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo, em cooperação com a mídia, a existência de um discurso dominante, que formará a consciência e a memória coletiva da sociedade (p.29).

A autora encerra sua análise afirmando que as novas propostas de reformas curriculares, centradas nas instituições federais (MEC), representadas por documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais e conteúdos mínimos para todo o país, são exemplos de alijamento dos debates sobre a educação. Ou seja, os principais sujeitos (professores e alunos) são, segundo a autora, “novamente vistos como objetos incapacitados de construir sua história e de fazer, em cada momento de sua vida escolar, seu próprio saber” (p.40). Na verdade a tendência tem sido a de fazer o “que está escrito”, sem procurar valorizar o que o sujeito quer realmente, impedindo-o de ser o autor de sua própria história.

Maria de Lourdes Janott (1998) alerta para necessidade de se repensar o papel dos conceitos de política, passado e memória dentro do ensino de História. Segundo ela, a desqualificação do passado, tem sido absorvida até pelas pessoas mais influentes na sociedade e não só dentro da sala de aula. Temas recentes da

História Imediata, na sua interpretação, são mais privilegiados e acatados do que o estudo dos acontecimentos passados. Infelizmente a memória vem se construindo na própria História e o passado público tornou-se objetos de trabalhos “fora de moda”. Para a autora o perigo de ignorar o passado público pode também acarretar a perda do diálogo, da discussão da História e da vontade política que leva à crítica e à construção de projetos futuros. A autora aponta também a importância de revisão de estudos historiográficos realizados no Brasil fundamentais para a mudança do ensino e a pesquisa no Brasil;

(...) introdução de novos personagens, crítica do saber tradicional e da História ontológica, maior atenção aos movimentos sociais e à realidade vivida pelos alunos, crítica ao discurso ideológico moralizante e triunfalista dos livros didáticos etc. (Janott, 1998, p.45).

Maria Auxiliadora Schmidt, (1998) Apresenta uma leitura apurada sobre a imagem do professor, sua formação e prática cotidiana na sala de aula. Para ela, os debates sobre o ensino de História no Brasil têm levado ao enfrentamento das questões principalmente em modernização dos currículos e a qualificação e atualização de professores de História. Os avanços ainda são insatisfatórios. Segundo a autora, entre outros fatores que favorecem este insucesso, estão também a falta de infra-estrutura, a desvalorização profissional e condições adequadas de trabalho.

O professor de história pode ensinar o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias; o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas. (1998, p.57)

O professor tem duas opções: a de fazer com que o aluno investigue, critique, interaja, construa seu próprio saber e o de simplesmente transmitir o que ouve e o que lê. Cabe, eu acredito, a cada professor revisar e até reformar o seu fazer docente. Que ele opte por uma formação que vá além dos cursos de graduação.

### **1.1 Questões étnicas raciais no currículo**

As inovações do ensino estão conduzindo os educadores à análise dos currículos escolares, onde estabelecem conteúdos a serem transmitidos, formando uma soma de experiências em que o professor, com suas variantes, deverá valorizar a bagagem cultural do aluno, como por exemplo, a história dos alunos negros e indígenas, que é contada oralmente de pais para filhos através de sucessivas gerações. O que ficou durante muito tempo invisível entre as várias misturas étnicas, como as culturas indígenas e africanas, por exemplo, passa a estar presente na sala de aula.

Santomé (1995), escrevendo sobre o currículo e as instituições escolares crítica a visível carência de experiências e reflexões para uma educação anti-racista nas salas de aula. Segundo ele a ‘análise profunda dos porquês da opressão e da marginalidade, em outra palavra, do racismo nunca deve ser evitada’(ibid.p.170). E defende uma mudança curricular através de práticas alternativas que permitam ‘um questionamento das injustiças atuais e das relações sociais de desigualdade e submissão’ (Ibid., p. 175).

Considero fundamental e necessário que se trabalhe sobre a discriminação racial desde as séries iniciais, pois este trabalho ajuda o aluno a conviver nesta sociedade de múltiplas etnias, religiões e culturas, entendendo essas diferenças e suas origens na sociedade. Trabalhar sobre a discriminação racial também é complicado por envolver preconceito também de professores, que acabam tratando do assunto sem aprofundamento ou simplesmente não é tratado.

Cabe ao professor ampliar a discussão sobre, por exemplo, a escravidão, introduzindo elementos da história dos africanos, de sua cultura e não tratá-los como simples mercadoria que enriquecia europeus e tiveram seu trabalho explorado em toda sua História no Brasil. São histórias (do Brasil e da África) que estão intimamente relacionadas, e já que os africanos foram usados enquanto podiam servir aos seus senhores sem ganhar nada em troca e que, depois com sua “libertação” deixaram de ser “bons”, seu trabalho aí não era digno de ser pago, tornando-se então pessoas “livres”, mas sem teto, sem trabalho, sem comida. Esta

história pode ser comparada com o que acontece hoje com as pessoas negras que procuram trabalho, seus salários quando conseguem um emprego, etc.

Nessa perspectiva, não podemos tratar a questão africana apenas do ponto de vista da escravidão, como se fosse uma questão isolada e superada pela assinatura da Lei Áurea em 1888. Um ponto de partida para ampliar nossa visão e tentar superar as visões distorcidas sobre o tema é procurar recuperar os elementos da resistência negra, suas formas de luta e de organização, sua cultura, não apenas no passado, mas também no tempo presente.

O mesmo deve-se fazer em relação à questão indígena; tratar do assunto não como algo do passado, ou como se tratasse de pessoas sem cultura, sem saberes, marginalizadas. São pessoas que também lutaram e lutam por seus direitos, tem sua marca em nossa história. Possuem uma cultura que deve ser conhecida e respeitada por todos, pois somos uma mistura destas culturas e são povos presentes em nossas origens, com certeza. No geral, somos frutos dos encontros e confrontos entre diferentes grupos étnicos como indígenas, europeus, africanos e outros.

Durante a leitura do livro de Rosalva Portela e Rosaly Maria Braga Chianca, (1995, p. 63 a 76), encontrei informações interessantes que me fazem ainda mais ter a certeza de que é necessário investigar e buscar diferentes maneiras de abordar em sala de aula as questões étnicas raciais. O mesmo me fez entender que comemorar é preciso, mas é preciso também divulgar e vivenciar a crítica aos fatos. “Aprender o que é bandeira, o hino, a Pátria, as nações de respeito, as datas comemorativas (viva o índio, o negro, a Independência, a República!). Essas noções, isoladas, possuem significado? E como damos viva sem explicar o contexto de como viveram os índios, os negros, os conspiradores ou os políticos que proclamaram a República?” (1995, p.64). Precisamos resgatar este conhecimento, mas como problematizar de maneira que os alunos compreendam que são questões sociais que não ficaram no passado e que não devem ser lembradas somente em uma determinada data?

No decorrer da leitura encontrei algumas sugestões de como proceder na sala de aula. Essas me fizeram concluir que é necessário se construir o conhecimento



em cima das informações que coletamos, com os alunos, sendo vivenciadas por eles com instrumentos motivadores como fotos antigas e atuais que mostrem a transformação, se ela existe; poesia; slides, história; os questionamentos devem ser aprofundados com pesquisas, discussões no grupo e quem sabe até com entrevistas com pessoas que trabalhem em entidades envolvidas com a questão indígena.

As autoras Rosalva Portela e Rosaly Maria Braga Chianca dizem, em seu texto, que o primeiro passo é não repetir sempre a mesma coisa desde as séries iniciais. Sugerem que haja uma “divisão” em cada tema dos conceitos a serem trabalhados com cada série. Desta forma impede-se o desgaste e conseqüentemente o resultado inverso. Outro passo seria escolher as datas que realmente serão comemoradas, mas nunca comemorar uma data pelo simples fato de ser feriado ou porque faz parte do currículo.

Segundo ainda as autoras citadas acima, pela análise de livros didáticos, observa-se que muitos pesquisadores dão enfoques distorcidos e incorretos com relação à questão dos povos indígenas. O primeiro seria tratar o índio como se compusesse uma nação, enquanto existem várias tribos, várias línguas, vários índios em todo território brasileiro. Outro erro é referir-se ao índio como algo do passado, folclórico, utilizando verbos no passado como pintavam, andavam, comiam, usavam atravessavam, etc. Outro ainda é dizer que nós trouxemos a sabedoria para este lugar atrasado como se os índios não produzissem, não criassem, não encontrassem seus próprios meios de sobrevivência.

O educador tem em suas mãos o papel de proporcionar ao aluno a pesquisa, a descoberta de que os povos indígenas existem e buscar saber como vivem hoje, de que vivem e como é viver na comunidade desses grupos. Segundo Rosalva Portela e Rosaly Maria Braga Chianca é interessante trabalhar também com estatísticas, onde os próprios alunos possam analisá-las e tirar suas próprias conclusões.

Em relação ao “O Dia da Consciência Negra”. Também concordo que algumas ideias precisam ser revistas. A de que os negros foram libertados, por exemplo, que liberdade foi esta sem ter onde morar, o que comer, sem terras para

plantar? Sendo tratados como coitados, inferiores, incapazes, marginais. Cabe ao professor “mostrar” ao aluno toda esta trajetória de luta que os negros enfrentaram antes mesmos de serem “libertos”.

Nunca se deve colocar a Lei Áurea como um fim. Na verdade ela somente propiciou a continuação da luta pelo conhecimento do negro em nossa sociedade. Essa lei também deve ser vista como consequência de lutas travadas anteriormente, e não como um ato bondoso de uma princesa. (p.75)

Dentro do trabalho do professor está também o de não permitir as posturas discriminatórias, permitindo que o branco, o índio, o negro, o japonês, cresça e seja tal como é; para isso, é necessário que se construa uma convivência de igual para igual.

### **1.2 O que prevê a Lei 10639/03**

A preocupação com o ensino de História está cada vez mais visível. Isto posso observar com a criação de novas medidas para que este seja realmente encarado com comprometimento. É também o que diz a citação:

O Ministério da Educação, comprometido com a pauta de políticas afirmativas do governo federal, vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, p.5)

O Brasil, ao longo de sua história, estabeleceu um modelo de desenvolvimento excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. Com criação da Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), o Ministério da Educação dá um grande passo para enfrentar a injustiça nos sistemas educacionais do país.

Garantir o exercício desse direito e forjar um novo modo de desenvolvimento com inclusão é um desafio que impõe ao campo da educação decisões inovadoras. Na reestruturação do MEC, o fortalecimento de políticas e a criação de instrumentos de gestão para a afirmação cidadã tornaram-se prioridades, valorizando a riqueza de nossa diversidade étnico-racial e cultural (Fernando Haddad, 2005 p.5).

A constituição da Secad mostra uma grande inovação, pois reúnem-se programas de alfabetização e de educação de jovens e adultos, as coordenações de educação indígena, diversidade e inclusão educacional, educação

Para democratizar a educação, é preciso mobilizar toda a sociedade. O MEC, por intermédio da Secad, tem a missão de promover a união de esforços com os governos estaduais e municipais, ONGs, sindicatos, associações profissionais e de moradores, contando com a cooperação de organismos internacionais para ampliar o acesso, garantir a permanência e contribuir para o aprimoramento de práticas e valores dos sistemas de ensino (p.6)

O Brasil, em sua história, teve uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. Em seus decretos nos anos 1854 e 1878, estabeleceu que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos depois lhes foram permitidos estudar. Mesmo buscando efetivar a condição de um Estado democrático de direito, com a promulgação da Constituição de 1988, ainda são presenciadas atitudes racistas e discriminatórias, prejudicando a permanência dos afro-descendentes nas escolas. É um tanto desanimadora esta colocação, pois a escola é que deveria ser um espaço de formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos de minoria. No entanto é nela (na escola) que são mais visíveis os atos discriminatórios e preconceituosos. Diante disso:

O governo federal, a partir da eleição do atual presidente, passou a definir o papel do Estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (p.06).

Nesse contexto, o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03, que “altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma” (p.06). A Lei 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Deixando de serem lembrados apenas em determinadas datas.

Com a criação da Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial abriu-se espaço para promover “alteração positiva na realidade vivenciada

pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo” (Matilde Ribeiro, 2005, p.08). Estes atos também permitem que os não negros conheçam a verdadeira história dos negros, sua sofrida participação nela e, quem sabe combater assim o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre diferentes grupos étnicos que compõem a rica nação brasileira.

Mas o sucesso não depende apenas do professor na sala de aula, e nem somente do aluno, todos os negros e não negros, professores e alunos, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

Depende ainda do trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças étnicas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola. (p.13).

É preciso que haja o comprometimento por parte de todos, com adoção de políticas públicas e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade; que se questionem atitudes discriminatórias e racistas; que se valorize e respeite toda a trajetória do negro na história brasileira e sua cultura; que o professor seja professor de negros, brancos, de índios.

Como bem salientou Frantz Fanon

Os descendentes dos mercadores de escravos, dos senhores de ontem, não tem, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Não fossem por estas razões, eles a teriam de assumir, pelo fato de usufruírem do muito que o trabalho escravo possibilitou ao país. (1979, p.14).

Sendo assim, fica visível a necessidade de uma educação de trocas entre brancos e negros, sem desconfianças, com projetos que sejam elaborados e desenvolvidos num conjunto, que leve a superação da indiferença, injustiça que sofrem os negros e os povos indígenas, os quais são acrescentados a Lei que mantém todos os dispositivos anteriores, mas inclui também a obrigatoriedade da

temática indígena no currículo, objetivando articulação entre a experiência de vida dos alunos e professores, dando condições para ambos pensarem, discutirem, assumindo uma postura que supere as discordâncias e valorize os contrastes das diferenças.

### **1.3 Livro Didático e Questões étnico-raciais**

Beatriz Conceição da Silva e Ivete Batista da Silva Almeida (2003) apresentam o resultado de uma pesquisa realizada em duas escolas estaduais e uma municipal do Estado de Minas Gerais, a fim de descobrirem como estava sendo o trabalho sobre o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira sob a ótica da lei 10.639/03. Achei interessante e ao mesmo tempo decepcionante que mesmo as escolas estando localizadas no mesmo Estado, desenvolviam trabalhos diferenciados; e todas atendiam a um alunado bastante heterogêneo em termos étnicos raciais e essa diversidade poderia ou deveria ser um incentivo para tal trabalho.

Em uma das escolas estaduais foi observado que o trabalho dos professores se detinha em calendários e contação de histórias como a da “Bonequinha Preta” e “A Menina Bonita do Laço de Fita”. Este trabalho era realizado com turmas de primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Mas não existiam projetos escritos, com objetivos claros. No mês de novembro houve destaque para Semana da Consciência Negra com atividades que permitiam a interação dos alunos, também sem projetos. Nessa mesma escola, alguns professores sentiram-se motivados ao participarem de cursos de capacitação oferecidos pela superintendência de ensino, “que teve por foco a multiplicação de informações e conteúdos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira.”(p.123). Mas não foram além de aprimoramento de atividades sobre o assunto.

A segunda escola estadual a ser observada relata que uma professora trabalhou a partir do que é solicitado pela lei: a partir da criação de jogos, mas não registrou o trabalho tornando difícil observar seu desenvolvimento. Esta sente a necessidade de se fazer um projeto pedagógico sobre esta questão (O estudo da África), pois como muitas outras, dá maior ênfase para o assunto em 20 de

novembro, onde a escola trabalha como ação coletiva, o dia Nacional da Consciência negra.

Diante das descobertas em relação a estas duas escolas estaduais, posso dizer que alguns professores estão em formação para o trabalho com essa temática. Apesar do esforço de alguns, as coisas estão ainda muito “soltas”. O assunto ainda é visto como data comemorativa em muitas escolas; este é trabalhado em uma determinada data e tratado como festa ou folclore, “não ampliando a compreensão da questão da formação da cultura brasileira e da importância da África para a própria existência de nossa cultura.” ( Maria Braga Chianca, p. 1 23-134/2010).

Refletindo sobre a análise realizada pelas autoras Beatriz Conceição da Silva e Ivete Batista da Silva Almeida, percebo que uma das escolas chega “mais perto” do que a lei sugere, pois apresenta um projeto que visa atendê-la: “Olhar a África e ver o Mundo”. Nessa escola, os professores realizam um trabalho conjunto, com diversas atividades e propostas, num processo interdisciplinar e anual. Mas alguns professores ainda sentem a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a África para que o trabalho seja ainda melhor.

Até aqui percebi que algumas escolas apenas aprimoraram as atividades, outras já realizam projetos. O município ao qual está inserida esta última escola mencionada acima, já tem previsto em sua lei orgânica, um artigo que contemple favoravelmente a necessidade de estudar a cultura afro-brasileira, mesmo antes da existência da lei 10693/03.

Posso dizer, então, baseando-me nessa análise, que além do despreparo dos professores existe também uma falta de comprometimento por parte dos governantes municipais ou estaduais. É necessário que haja a união de todos para conquista de uma educação que respeite a pluralidade, onde não seja visto apenas o aluno como o que tem direito, mas também o professor que deve ser orientado, capacitado.

## 2 A HISTÓRIA NA SALA DE AULA

Como já mencionei, o ensino de história vem sofrendo modificações ao longo das últimas décadas. A inclusão está cada vez mais sendo “prevista” nas legislações. Estão sendo abertos novos caminhos para os que se sentem discriminados perante a sociedade. O que antes não tinha direito à escola, hoje tem vaga garantida em universidades. Hoje se fala muito em igualdade de direitos, mas, ainda existe uma grande falha no que prevê a lei, os estatutos, pois se todos têm os mesmos direitos, para que serve então a lei? Acho que a leis acabam sendo excludentes às vezes, pois ela obriga que seja cumprido. Os profissionais da educação deveriam ser melhores preparados para tantas mudanças na História.

Ensinar história não deveria ser apenas memorização de datas. Saber quando e por que os negros deixaram de serem escravos e sim que conseqüências levaram a isso e como viveram e vivem até hoje. E os índios não deveriam ser vistos como personagens do passado, eles ainda vivem e entre nós. Lembro que quando eu estudava no ensino fundamental, gostava muito da disciplina de história. Mas gostava de ouvir sobre os fatos históricos, as histórias de povos e de lugares, porém era dada maior importância à memorização de datas do que à aprendizagem em si. Sempre decorei as datas, mas não sei dizer exatamente o que cada uma significava; acredito que pelo fato de que não existia problematização, apenas a transferência, para o aluno, do que se via nos livros.

Preparar aulas de história interessantes é um desafio, pois, além de se tratar de uma disciplina que dificilmente aparece como “a preferida dos alunos”, temos que disputar, hoje, com os meios de comunicação que se acentuam cada vez mais. Vejo que muitos professores preferem não entrar neste jogo de disputa entre o passado e o presente.

Isso faz com que muitos desconheçam suas origens, sua própria história. Pude comprovar quando pedi que os alunos colhessem algumas informações com os pais sobre sua descendência, origem, e os alunos relataram, além da surpresa deles, a dos pais ao saberem suas origens. Os alunos gostam deste tipo de trabalho, agem como verdadeiros investigadores e a maioria dos pais colabora com a realização dos trabalhos. Em minha opinião, essa parceria de pais, alunos e

professores é muito gratificante não só para o professor, como também para o aluno, que percebe seu trabalho valorizado também fora da escola.

### **2.1 O que dizem os professores**

Circe Bittencourt (p.137), diz que selecionar os conteúdos históricos apropriados para as diferentes situações escolares é uma das maiores dificuldades dos professores. Temos dois caminhos, ou servimos como transmissores dos livros didáticos, tornando-nos “um eco do que os outros já disseram”(p.57), mantendo os conteúdos tradicionais, que não atraem, em minha opinião, nem um pouco ao público escolar atual; ou selecionamos conteúdos significativos que atinjam este público que apresenta diferentes condições sociais e culturais. Mas além de optarmos por conteúdos mais “atraentes”, que atendam às necessidades das novas gerações, temos ainda que enfrentar as condições de trabalho.

Não acho fácil tornar as aulas de história convidativas. Mas tento de encontrar formas para que elas não fiquem na mesmice, na repetição do que os livros trazem. Sempre ouço que é importante trabalhar o concreto. Em História, procuro abordar sempre a realidade dos alunos, fazendo com que eles encontrem relações desde os acontecimentos mais antigos. Mas isso não é fácil, com tanta diversidade bibliográfica, exige tempo para a seleção do que parece ser o mais apropriado para ensinar. Não tenho um livro específico. Quando quero abordar algum assunto, procuro o que apresenta a linguagem de mais fácil entendimento para os alunos.

Utilizei muito, durante o meu Estágio, a pesquisa na internet, que propiciou um estudo da realidade atual, comparada com outros tempos. Também utilizo sempre um documentário gravado, com o título “O Continente de São Pedro”, que é caracterizado por uma linguagem simples e organizado em episódios, o que também facilita o entendimento dos alunos. Este DVD conta um pouco da História do Rio Grande do Sul, desde a pré-história, habitação indígena e africana, até a formação das cidades. Considero um recurso valioso, proporciona uma comparação e reflexão da realidade atual.



Para dar início ao trabalho do Estágio, que foi sobre a habitação indígena no Rio Grande do Sul, organizamos entrevistas com pessoas mais antigas na comunidade, os avós, os vizinhos, enfim, procuramos depoimentos que nos ajudassem “a montar parte de nossa história”, descobrir as formas de viver dos habitantes mais antigos, as diferentes origens. E isto facilitou muito os trabalhos futuros: o entendimento do que é diversidade, do que não pode ser tratado como “diferente”, da igualdade.

Acho que consegui tornar as aulas mais interessantes com estas estratégias. Mas acho que devemos estar sempre nos atualizando, procurando coisas novas. Em uma das interdisciplinas do Curso, tive que fazer algumas perguntas para professores relacionadas o ensino de história na sala de aula, mais especificamente à questões étnico-raciais, e as respostas foram tão desanimadoras; a maioria relatou trabalhar como data comemorativa e ainda, por que era conteúdo pré estabelecido, obrigatório. Revisitando este trabalho, que foi realizado no sexto semestre do curso, encontrei uma fala de uma colega que disse não saber como eu conseguia “transformar” minhas aulas de história, pois os alunos demonstravam gostar tanto quanto eu do que era trabalhado.

Resolvi então ouvir alguns professores de história e de séries iniciais que atuam hoje, a fim de coletar dados, de saber como vêem esta diversidade, a inclusão da história afro-brasileira e indígena no currículo escolar, o preconceito, os livros didáticos. Entrevistei oito professores de duas escolas municipais e duas estaduais. Dentre eles, três de história e cinco de séries iniciais.

Analisei as respostas dos oito professores sobre os seguintes tópicos: 1° o ensino de história; 2° estratégias para o ensino de história na sala de aula; 3° preferência ao livro didático; 4° a abordagem de questões étnico-raciais; 5° datas comemorativas; 6° opinião sobre a Lei 10639/03.

Começarei relatando o que os professores responderam no primeiro tópico: o ensino de História.

Quando questionado sobre a importância do ensino de história, um dos professores afirmou ser imprescindível, pois, segundo ele, a história é base de

nossa vida, a afirmação como pessoa começa pela história de cada um. Segundo ele ainda, *“é primordial que o conhecimento básico de formação histórica do país seja ensinado na sala de aula, para que possamos formar pessoas conscientes, com conhecimento e bem estruturadas”* (professor A); Outra disse que *“se conhecemos a história de nossos antepassados, podemos entender melhor as situações atuais”*.

Os professores de séries iniciais entrevistados também se posicionaram a favor do ensino de história na sala de aula, alegando ser importante por trazer a essência da explicação das operações de identidade e de pertencimento, a sucessão de tempo através de fatos e dados pertinentes a sua história; faz-nos refletir, compreender sobre nossas origens e sociedade em que vivemos; Para a professora: *“o ensino de história na sala de aula é tão importante quanto essencial e necessário, pois é somente através da história que conseguimos entender quem foram, quem somos e quem seremos no futuro”*. (professora de 4ª série).

Achei bastante pertinentes as colocações, pois também considero muito importante o ensino de história na sala de aula, nos possibilita o conhecimento e compreensão do meio em que vivemos. Tudo é reflexo de uma história vivida, de como os seres humanos conduziram e interpretaram os fatos acontecidos, bem como a sua evolução nos tempos.

Para complementar esta ideia, Monteiro (2007, p. 11) diz que o ensino de história *“mais do que necessário, torna-se cada vez mais essencial, por contribuir para auxiliar os alunos a compreender a historicidade da vida social, superando visões imediatistas, fatalistas, que naturalizam o social”*.

Sobre o segundo tópico estratégias para o ensino de história na sala de aula, os professores responderam:

*“O ensino de História tem de ser envolvente, pois o aluno tem que se transportar no tempo, em função disso a minha forma de ensinar História é através de pesquisa, livros, construindo painéis de forma com que a visualização seja uma forma fácil de compreensão do conteúdo abordado e filmes para que haja uma maior interação do assunto”*. (Professor de história de uma das escolas estaduais).

Respondendo a mesma pergunta, outra professora de História disse que costuma trabalhar com aulas expositivas, elaboração e apresentação de trabalhos, questionamentos orais e escritos, pesquisa e seminários. Outra disse que procura trabalhar junto com eles, deixando-os a par do que está sendo dado e a partir daí eles estarão mais preparados para buscar através da pesquisa. Ao reler estes relatos, lembro novamente do que diz Circe Bittencourt (1998) sobre a visualização de imagens, acho que isto reforça o entendimento de que este é um caminho que traz resultados e é aprovado pela maioria.

Dos professores de séries iniciais ouvi respostas bastante diversificadas e interessantes. Alguns professores disseram trabalhar a partir dos conteúdos e pré-requisitos obrigatórios e essenciais de cada série ou ano; outros partem do meio em que a criança vive; outra ainda, afirmou situar o aluno, antes de tudo, em uma linha do tempo que é construída (ampliada) por ele a cada fato abordado; outros procuram abordar temas da atualidade confrontando-os com o passado, de modo a levar os alunos a refletirem sobre os fatos do passado que construíram o presente, utilizando textos com abordagens simples, críticas, mas de fácil entendimento dos alunos. Este último vem mais ao encontro com minha forma de trabalhar, pois também acredito que, o aluno ao confrontar experiências atuais ou passadas, tira suas próprias conclusões, o que, em minha opinião, contribui para sua aprendizagem de fato.

Sobre a preferência do livro didático, houve disparidades. Os livros mencionados foram: Projeto Alibabá, Nelson Piletti e Claudino Piletti, afirmando que a escolha foi feita por serem livros que tratam dos assuntos de forma crítica e não como um assunto acabado; pela forma de apresentação dos conteúdos, com uma leitura de fácil compreensão e com muitas ilustrações para a melhor visualização dos temas abordados. Porém, um dos professores, que também trabalha com estes mesmos, relatou preferir a abordagem feita nos livros de Mário Schmidt, pois a abordagem, segundo ele, é mais convidativa. Relatou ainda que são livros que não são mais apresentados para os professores. Dentre os entrevistados (de séries iniciais), apenas uma professora (de 4ª série), apresentou bibliografias: História do RS (Regina Portella- FTD), Minha POA (Lilian Zieger- FTD) e Conhecendo o RS (Luís Moraes Koteck- Ática). Justificou suas escolhas dizendo que os mesmos

oferecem textos em linguagem clara, contextualizada e que favorecem a transdisciplinaridade. Outra professora disse não utilizar livro didático. Quatro professoras relataram que buscam, em diferentes livros, abordagens que atraiam aos alunos, criatividade, as atividades com coesão de ideias, linguagem acessível e crítica dos fatos. A última (uma professora de 4ª série) fez uma análise dos livros oferecidos pelo governo federal. Segundo ela, não utiliza os mesmos pelo fato de serem insuficientes em relação ao número de alunos e porque não tratam de assuntos relacionados ao nosso Estado. Disse também que estes livros só terão utilidade quando forem elaborados buscando trabalhar a realidade de cada região.

Discordo dela, em parte, pois também trabalho com 4ª série e não consigo utilizar alguns destes livros, pois abordam a história do País e não do Estado. Isso não impede que eu busque outras fontes. Os livros citados acima, por uma professora também de 4ª série, por exemplo, são destinados à história do Estado. Cabe, então, ao professor fazer esta seleção. É uma das funções do professor que se preocupa com a aprendizagem de seu aluno. E quanto aos livros oferecidos pelo governo federal, na minha escola, são utilizados pelos professores de História na 5ª série, logo, eles têm utilidade sim.

Aí fiquei pensando sobre a liberdade de escolha do professor em relação ao material que deseja utilizar. Concordo que devemos estar sempre nos atualizando, mas acredito que existem materiais mais antigos, que trazem abordagens interessantes em relação a alguns assuntos e não vejo problema em utilizá-los.

Também em relação à pergunta “Como você vê a abordagem das questões étnico-raciais nos livros didáticos?”, houve disparidades. Alguns disseram que atualmente existe uma forma mais objetiva de expor essas questões, abordando de forma mais crua, sem mascarar os fatos, e que a maioria dos autores já aborda temas, principalmente raciais, de forma realista. A abordagem é feita de maneira mais inclusiva, sendo que antes se percebia mais o preconceito mascarado. Já um dos professores entrevistado não concorda com isso. Diz que tais assuntos ainda são vistos de maneira discriminatória.

Dentre os três professores de história entrevistados, apenas um afirmou ter realizado um projeto abordando as questões étnico-raciais e que este foi muito

significativo e importante, pois abordava tema de discriminação racial. Ao mesmo tempo mostrava alternativas para uma melhor compreensão da realidade local. O que me chamou a atenção entre as respostas foi que uma das professoras disse que não realiza projetos e estes assuntos são trabalhados junto com os demais e quando surgem, conforme a necessidade. Entendi então, que ela segue os livros, pois a necessidade destas abordagens são diárias e contínuas. Não que tenham de ser trabalhadas separadamente, mas não se pode esperar um momento ou uma data específica.

Entre os professores de séries iniciais, também tive uma variedade nas respostas. A primeira entrevistada disse que fazia muito tempo que não tinha contato com livros didáticos, portanto não poderia opinar; outra disse que a abordagem deveria ser mais aprofundada e completa. Relata ainda que só encontra materiais que tratam destas questões muito superficialmente; outra disse que vê a abordagem de forma positiva, pois está cada vez mais visível nos livros. Num geral, concordaram que os materiais estão sendo apresentados de maneira diferente.

A maioria das professoras (de séries iniciais) entrevistadas já realizou algum projeto em relação às questões étnico-raciais partindo de Literatura Infantil como “Menina Bonita do Laço de Fita”, “Uma Joaninha Diferente”, “O Cabelo de Lelê”, Uma delas afirmou nunca ter realizado um projeto; outra disse que sempre parte da identificação do nome e sobrenome, pois, segundo ela, é sempre muito interativo e é neste projeto que refletem sobre a composição do nome e suas origens. Esta última relata mais detalhadamente seu projeto: “realizei um projeto envolvendo os primeiros habitantes (índios), buscando o resgate histórico deste povo e a influência em nossa maneira de viver atual” (professora de 4ª série). Segundo ela, foi muito interessante estabelecer um paralelo entre a vivência dos povos para que pudessem compreender e respeitar as diversas culturas, os alunos se mostraram receptivos e ela acredita que compreenderam o objetivo. Identifiquei-me com o projeto dela, pois foi o mesmo que trabalhei em meu Estágio e que deu origem ao meu TCC.

Respondendo ao 5º tópico: as datas comemorativas, uma das falas de professores de história, me deixou um pouco “intrigada”, ouvi que *“trabalhar datas comemorativas é obrigatoriedade, pois cada data traz a memória e dessa forma, a história de um povo, de um país é construída e datas são marcos da história.”*

(professor B). Outra disse que trabalha aquelas que considera mais importantes, mais especificamente as que revigoram o sentimento de civismo; e outra disse não trabalhar datas comemorativas por não considerar importante para os alunos maiores.

Também a maioria das entrevistadas que atuam nas séries iniciais, afirmou trabalhar datas comemorativas, usando como justificativas o fato de que são fatos históricos e devem ser lembrados, discutidos, elucidados; ou porque é “direito” do aluno; ou ainda porque servem de ponto de partida para trabalhar assuntos mais amplos; uma das entrevistadas relatou que trabalha datas comemorativas por fazer parte do dia-a-dia, porém não concorda que sejam trabalhadas isoladamente, apenas para dizer que “foi trabalhado”; outra disse não ser a favor destas comemorações, pois já são inseridas e trabalhadas naturalmente durante o ano letivo e que temas importantes no currículo escolar são aqueles que afetam diretamente a comunidade escolar e não datas pré-estabelecidas pelo comércio, religião, etc.

Eu sempre considerei o trabalho com datas comemorativas muito importantes e que tinham de ser trabalhadas durante as mesmas. Mas hoje vejo que são datas que não devem ser lembradas somente nas datas como se fosse algo acabado, as datas são marcos sim da história, mas de uma história ou de histórias que não acabaram então devem ser lembradas sempre.

Também concordo que as datas comemorativas possam ser “um suporte” para a abordagem de determinados assuntos, mas que não seja de forma isolada e nem vista como o dia que deve ser lembrado como o dia do índio ou o dia do negro como se nos demais dias não precisassem ser lembrados. Porém, mais importante é pensar que a História existe no currículo das séries iniciais para desenvolver o conceito de tempo e não trabalhar datas que tratam de marcações temporais abstratas pelas crianças.

E, por fim perguntei sobre suas opiniões sobre a Lei que prevê a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. As respostas foram positivas em relação à Lei. Segundo os professores entrevistados, há a necessidade de resgatar valores e ideais que foram suprimidos ou mesmo discriminados por uma

cultura essencialmente europeia e deixaram a margem aqueles que construíram o país com muito trabalho, sofrimento e resignação e que é o momento de valorizar esses povos que tanto fizeram para que essas manifestações culturais sejam mais bem reconhecidas. Relataram também que, para os professores de história, o que prevê a lei não modifica nada, pois não tem como trabalhar história sem falar de grupos africanos ou indígenas. Devo concordar com isso também, pois a história, em seus diferentes momentos, teve grande e fundamental participação destes grupos.

Já os professores de séries iniciais, alguns se posicionam a favor, outros dizem que ao criarem este tipo de lei, estão favorecendo a exclusão, outros ainda dizem serem contra a obrigatoriedade. Aqui acho difícil ter uma posição definitiva. Acho horrível que tenham de ser criadas leis para que essas questões sejam abordadas na sala de aula; por outro lado é interessante que tenhamos um suporte, pedagógico para tratar esses assuntos que ficaram por muito tempo abordados sob uma perspectiva que não promovia a auto-estima dos alunos negros.

## **2.2 O que encontrei nos livros**

Os livros mais selecionados pelos professores entrevistados foram: História e Vida Integrada, de Nelson e Claudino Pilletti; Nova História crítica, de Mário Schimidt, História do Rio grande do Sul, de Regina Portella Schneider; Conhecendo o Rio Grande do Sul, de Luís Moraes Koteck.

Como meu objetivo maior, neste trabalho, é analisar a abordagem das questões étnico-raciais nas séries iniciais, analisei apenas a abordagem de tais questões nos livros sugeridos pelos professores que atuam nesta área e os que eu também utilizo, independente da disciplina.

De acordo com o autor José Rivair Macedo (1997, p.291), “os livros didáticos são alvo de críticas veementes, que levam em conta seja sua forma e seu conteúdo quanto a ausência de elementos conceituais e teóricos”(p.291). Isto eu pude

comprovar em minha entrevista, pois os professores demonstraram certo descontentamento em relação aos livros didáticos. Disseram que ainda tem muito a ser aprimorado.

Segundo ele, os livros didáticos convencionais costumam ser descritivos, seguem certa concepção cronológica ligada por eventos políticos, nem sempre são bem ilustrados, nem sempre são fundamentados em bibliografia atualizada.

Iniciei a análise pelo livro “História do Rio Grande do Sul”, de Felipe Pilleli, não o utilizo, mas foi o último livro de história que recebi. Fiquei surpresa, pois ao “olhar de perto”, percebi que traz informações muito interessantes em seus vinte capítulos. Dentre eles, três capítulos tratam da questão indígena e apenas um aborda o negro. Segundo o livro “conhecendo essa história, você vai poder refletir sobre a situação atual dos indígenas, que ainda lutam para sobreviver e manter suas tradições”. (2007, p.13). Retirei esta citação por aparecer a palavra “atual”, que não é muito comum nos livros de história. As imagens de índios são trazidas de diversas formas: trabalhando, lutando, sendo escoltados e em comunidades atuais.

Já o negro é mencionado em apenas um capítulo que trata exclusivamente da escravidão, onde, é claro, o negro aparece trabalhando ou sendo açoitado.

O livro “Meu Estado Rio grande do Sul, de Júlio Quevedo, Marlene Ordoñes e de Geraldo Sales: com treze capítulos, sendo que em quatro deles é mencionado o índio, sempre no plural e no passado, como se fosse apenas uma identidade; e a escravidão é mencionada nos três capítulos em que se fala no negro. Apesar de tudo isso, apresenta uma abordagem simples dos fatos. A ilustração não é muito colorida, mas facilita a compreensão dos textos.

O livro “Minha Porto Alegre - História e Geografia” de Lilian Zieger trata de vários temas nos seus dezessete capítulos; o negro não é mencionado e o índio é lembrado, em um capítulo apenas, como um povo que foi extinto da capital, sobrando apenas alguns descendentes. Também acho que este não é um livro que esteja totalmente dentro do que determina a lei, pois trata o índio como algo do passado, mesmo sendo visto como alguém que ajudou a construir a cidade. Lendo um dos textos, encontrei uma parte que descrevia os índios como pessoas “que



tinham estatura mediana, pele avermelhada, rosto largo, maçãs salientes, cabelos lisos, olhos pequenos e pretos, ombros largos.” (2001, p.9). Fiquei imaginando se seria esta uma forma de identificá-los ou de discriminá-los.

O livro “Conhecendo o Rio Grande do Sul” de Luis Moraes Koteck em suas quatro unidades, o índio é mencionado em dezoito páginas de uma delas, onde se inicia afirmando que “cada nação indígena tem seus próprios usos e costumes”. (1998, p.47). Mesmo utilizando o verbo no presente, no decorrer da unidade, o verbo aparece sempre no tempo passado e no plural. Aparecem imagens de lutas e também de construções próprias de cada povo indígena. Acredito que as últimas ajudam a diminuir a sensação de que os índios só brigam e lutam, e valorize o trabalho indígena.

O negro é mencionado, no mesmo capítulo, em apenas três páginas, onde é abordado o fim da escravidão, com apenas uma imagem de vários negros amontoados em um navio negreiro, sendo “cuidados” pelos brancos. Em uma das unidades estes povos, índios e negros, são homenageados nos contos e lendas.

Escolhi também, para a análise, um livro que não é de história, mas que traz assuntos muito interessantes, trata-se do “Aprendendo Sempre”. Ele é composto de dez capítulos, entre os quais três são abordados temas da diversidade, com textos, contos e lendas que tratam da questão do preconceito, onde cada um, independente da raça ou etnia é visto como alguém que possui identidade própria.

Achei pertinente trazer esta análise, pois é um livro de língua portuguesa que aborda diversos temas que fazem parte do dia-a-dia do aluno. São temas da atualidade que facilitam a compreensão. Aproveitaria, por exemplo, os textos relacionados ao negro para abordar a questão da escravidão, que na maioria dos livros, parece que querem que pensemos que o negro deixou de existir ao ser assinada a Lei Áurea.

Ao refletir sobre estes livros que analisei, posso dizer que os mesmos ainda “falham” em relação ao que determina a lei sobre a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Pois esta prevê abordagens mais acentuadas, onde o aluno perceba o quanto estes povos trabalharam para a

construção da história, que continuam fazendo parte dela e que eles não sejam apenas lembrados como povos sem cultura, sem identidade.

### **2.3 O que pensam os alunos**

O Estágio foi com uma turma de quarta-série, onde a história já passa a ser mais complexa. Antes de abordar as questões étnico-raciais, instiguei os alunos a descobrirem suas origens. Causou certo “desapontamento” em alguns ao descobrirem que eram descendentes de índios ou de negros. Senti então a necessidade de conversar sobre sentimentos preconceituosos em relação a estas questões. Acredito que consegui. Tentei mostrar também o lado “bonito” da nossa história, partindo sempre da ideia de que somos descendentes de batalhadores que lutaram e que lutam até hoje por seus direitos, pela igualdade de que se fala na sociedade.

Trazendo para sala de aula, as suas próprias histórias, permitindo que se reconhecessem como parte delas, foi possível o entendimento de que a história não termina nunca, portanto, não pode ser vista como algo do passado, sem ligação com o presente, mas sim algo que está sempre em construção. Circe Bittencourt (1998) em seus relatos, fala muito da problematização da história, que se caracteriza pela articulação entre o tempo vivido por alunos e professores e o tempo histórico. E eu concordo com esta ideia, pois conhecendo, discutindo e comparando épocas, é que o aluno conhecerá a história.

Iniciei meu trabalho (Estágio) com a ideia fixa de abordar a questão indígena, a importância do índio na formação histórica do Rio Grande do Sul. Realizamos muitas pesquisas, debates e reflexões. Realmente pensava que não havia mais nada a ser pesquisado sobre o assunto, quando os alunos vieram com perguntas, as quais eu não sabia responder como, por exemplo, “como os índios se pintavam se na época não existia tinta?”, “por que utilizavam penas?”, “qual o significado da música para eles?”. Estas perguntas me fizeram refletir sobre meu trabalho. Será que eu procurava mesmo algo novo ou seguia o que os livros ofereciam? Então

surgiu aí o meu PA (Projeto de Aprendizagem), que oportunizou que os alunos pesquisassem curiosidades próprias. Foi um sucesso, pois além destas surgiram novas curiosidades e eles seguiram a pesquisa sem esperar “autorização” do professor. Os debates foram realizados na sala de aula e numa página da internet, linkada à página do meu Estágio.

Procurei uma forma diferente de trabalhar a história. Circe Bittencourt (1998) destaca o uso de fontes como livros didáticos, pinturas, objetos e artefatos, fotografias, programas de TV e filmes na sala de aula para a construção do conhecimento histórico. Utilizei em meu Estágio alguns destes recursos. A fotografia, por exemplo, foi fantástica, pois levei para sala de aula uma foto da comunidade de cinquenta anos atrás e, juntos, descobrimos o local fotografado, visitamos o mesmo e comparamos, descobrindo assim várias modificações que ocorreram com o passar do tempo. Devo então concordar com Bittencourt (1998) sobre a importância, que dá ao uso da imagem na sala de aula, o que proporciona a reflexão do aluno e que é uma atividade que pode ser realizada sem a ajuda de materiais sofisticados, mas que atrai e envolve o aluno.

Durante meu Estágio possibilitei o diálogo. Em um dos momentos no grupo, uma aluna me disse que quando me ouviu falar que o Estágio seria em torno das questões indígenas, logo imaginou que iria colorir muita figura de índio, que pintaria o rosto e que até cantaria a música “Vamos Brincar de Índio”. Antes mesmo que eu perguntasse por que pensava desta forma, ela disse que todos os anos era a mesma coisa. Este foi o principal motivo da escolha do tema a ser abordado no meu TCC. Este relato me remeteu a lembranças de uma atividade que realizei durante o curso, na interdisciplina Questões Étnico-raciais na Educação, eixo VI, na qual abordamos a etnia racial do nosso Estado.

Os alunos pesquisaram suas origens, trazendo fotografias, gravuras que as identificassem, onde nós professores podemos interagir, pois também somos descendentes de índios, alemães, italianos, portugueses ou negros. Falamos sobre todas as etnias, e pudemos nos encontrar em algumas delas.

Os alunos fizeram uma referência quanto à dificuldade de encontrar imagens de negros comuns (não famosos), dentro da sociedade. Nos livros didáticos de

História, sobre o negro no RS, a figura negra era caracterizada simbolizando pobreza, doença, escravidão, babás. Na televisão, antes, o papel que as negras representam nas novelas era de empregadas domésticas, amas de leite, negras que cuidavam da sinhazinha. Nas novelas atuais eles já ganharam papéis diferentes, mas algo que foi constatado nesta aula foi que ainda existe o racismo.

Pedi então que escrevessem sobre como foram abordadas estas questões em minhas aulas. Fiquei muito satisfeita. Outra aluna afirmou ter pensado que “estudar história” seria fazer um trabalho sobre os livros de literatura infantil retirados da biblioteca da escola semanalmente e que achou muito interessante a forma como abordamos o ensino de história na sala de aula, segundo esta aluna, ainda, as aulas se deram *“com muito diálogo, trabalhos em grupos, passeios, pesquisas e comparações entre o tempo passado e o de hoje”*. Um menino disse *“estudar os índios é muito legal, a gente pode construir o que eles constroem e até brincar com isso”*. Outro: *“nunca poderia imaginar que os índios eram tão inteligentes naquela época”*.

Foi uma atividade muito satisfatória, mesmo trabalhando há algum tempo com quarta-série, me sinto cada vez motivada pelo desempenho que os alunos demonstraram durante a realização dos trabalhos. Não basta que apenas digam que gostaram, mas que argumentem as respostas e isto observei nas citações (falas) dos alunos, acima citadas.

## CONCLUSÕES

O ensino de história vem sofrendo modificações nas últimas décadas. Mudanças estas que, em minha opinião, dão um maior apoio ao professor que atua na área. Porém vejo que nem todos os professores buscam realizar tais mudanças. O acréscimo do ensino da história e da cultura indígena, em Lei, por exemplo, não é conhecido por alguns professores aos quais entrevistei.

Tenho consciência também de que mudar ou acrescentar artigos não é suficiente para que haja as mudanças desejadas. Os professores estão ainda muito despreparados e sentem-se desmotivados diante do que se quer e do que é oferecido para o desenvolvimento de fato nas escolas. Alguns professores consideram as leis que prevêem a abordagem de questões étnico-raciais nas escolas, muito boas; outros dizem serem contra a obrigatoriedade.

A partir das entrevistas realizadas, percebo um aprimoramento das atividades, que têm ganhado um pouco mais de objetividade. Já se deixou, um pouco, de trabalhar “temas relacionados a festas”, “folclore”, dando mais ênfase a cultura africana e indígena com uma discussão mais significativa. Porém, um trabalho mais aprofundado, como conteúdo didático, com textos, princípios, conceitos e valores ainda não se consolidaram pela maioria dos professores. Percebi, em alguns dos professores, um trabalho desapaixonado, trabalho que, para alguns, acaba apenas atendendo ao calendário da escola.

São abordagens que estão sendo modificadas em alguns casos, uma vez que anteriormente estudavam-se apenas as questões étnico-raciais como fatos isolados no passado e hoje se busca uma maior contextualização e valorização de todas as etnias, principalmente negras e indígenas, mas ainda é necessária, maior problematização por parte também das escolas. Acredito que este aprimoramento deve-se também ao que é apresentado nos livros didáticos atualmente.

Durante a análise dos livros didáticos percebi que alguns trazem imagens pejorativas sobre esses grupos. Os negros e índios aparecem ao lado de um texto

que fala de miséria ou escravidão. Hoje vejo, em todos os livros, independente da disciplina, abordagens de questões étnico-raciais, com mais sensibilidade, pois as imagens chamam a atenção do leitor, por serem grandes e coloridas e que tratam de um título que também chama a atenção. Nos livros atuais de 1º ano a 4ª série, são apresentados projetos que tratam de discriminação e preconceitos. Os textos são bem elaborados e trazem linguagens simples, utilizadas pelos alunos, tornando-se assim atrativas e proporcionando um fácil entendimento por parte de alunos e professores.

Geralmente os livros têm uma abordagem mais sensível quanto ao tema, procurando valorizar as diferenças e resgatar as contribuições dos diversos povos. Atualmente há uma forma mais crítica de expor as questões étnico-raciais nos livros, abordando, de forma articulada, com fatos da realidade atual. Mas ainda se requer um pouco de dedicação por parte de professores que esperam por soluções, sugestões ou que simplesmente se acomodaram como se o tempo tivesse parado. Deve-se olhar então com um pouco mais de atenção, como relatam os autores do livro *Nós, os afro-gaúchos* (1998):

Nos últimos anos, a luta dos afro-gaúchos pelo reconhecimento pleno de sua cidadania, cultura e religião avançou significativamente, graças à organização da comunidade afro, juntamente com setores democráticos da sociedade que se somaram aos negros na luta contra a discriminação. As mudanças são visíveis. Basta olharmos com um pouco de atenção. Aí estão as músicas de exaltação do negro. A faceirice da moça e do rapaz ao sacudirem suas tranças. O uso de trajes coloridos de origem africana. O orgulho dos pais e mães-de-santo ao falarem de sua religião. Tudo demonstra uma mudança de postura dos negros em relação à sociedade que os oprime e discrimina. Esqueçamos o pai João, o escravo dócil e submisso. Saudemos Zumbi. O herói guerreiro que não se submeteu à escravidão. Estamos em busca de nossas raízes, o que ocasiona uma mudança em nosso comportamento, trazendo visibilidade à questão negra. Não de forma penosa, queixosa ou luminosa, mas de maneira combativa e afirmativa, no sentido de mudar nossa realidade atual. (1998, contracapa).

Essa citação explicita o que quero dizer em relação ao ensino de história valorizando a diversidade, pois ela está cada vez mais presente. Isto percebi durante a construção do meu TCC. Sempre fui apaixonada pelo ensino de História, porém não sabia que existiam tantos estudos e tantos envolvidos nestes, que realmente se preocupam com a maneira como é visto e como é abordado o ensino de História na sala de aula. Acho que esta preocupação é de grande valia, pois nos deparamos e

convivemos com a diversidade no dia-a-dia, esta (a diversidade), é parte do processo de aprendizagem.

É fundamental que o colegiado, como um todo, discuta o que se quer, o que se pretende e onde a escola pretende chegar ao inserir os estudos sobre as relações étnico-raciais em seu currículo, principalmente no caso das escolas públicas, que atendem à diversidade de alunos.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO, Euzébio e Maestri, Mário. (coords.). **NÓS, os afro-gaúchos**. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber Histórico na Sala de aula**. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Identidade nacional e ensino de História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

CIDADANIA, Programa Ética e. **Relações étnico-raciais e de gênero**. Brasília, 2007.

**DIRETRIZES Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasileira, DF, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACEDO, José Rivair. **História do livro didático: o ponto de vista de um autor**. IN: Guazzelli, César Etalli. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2000, p.289-301.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro. Mauad, 2007

PCNs, **História e Geografia**. Brasileira, 1997.



PORTELLA, Rosalva. **Didática de Estudos Sociais**. Rosaly Maria Braga Chianca. São Paulo, Ática, 1995.

SILVA, Beatriz Conceição da. **Como é trabalhada a história da África nos livros didáticos sob a ótica da lei 10639/03, no ensino fundamental a partir de 2003.**

#### BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

WWW. Fórum. Cifraclub.com. br

WWW, aticaeducacional.com.br

WWW.ligpen.com.br

## APÊNDICE

Roteiro para ser utilizado durante a pesquisa com professores de História e de séries iniciais.

1. Como você ensina história?
2. Quais os livros didáticos mais utilizados em suas aulas?
3. O que motiva a (s) sua (s) sua (s) escolha (s)?
4. No geral, como você vê a abordagem das questões étnicas raciais nos livros didáticos?
5. Já realizou algum projeto em relação a estas questões? Como foi o seu desenvolvimento?
6. Você trabalha datas comemorativas?
7. Considera um tema importante no currículo escolar? Por quê?
8. Você considera importante o ensino da história em sala de aula? Justifique.
9. Qual sua opinião sobre a lei que prevê a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar?